

JUCESP
19 07 24



JUCESP PROTOCOLO
2.058.855/24-3



BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.
CNPJ/MF nº 30.299.434/0001-03
NIRE 35.300.557.981

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 03 de julho de 2024, às 11h00 horas, na sede social da **BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Vila Olímpia, CEP 04547-901.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a publicação de editais de convocação, tendo em vista a presença da acionista titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
3. **MESA:** Presidente: Pedro Cunha Fiuza e Secretário: Luciano Jun Fujii.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca das seguintes matérias: **(i)** a tomada de conhecimento e homologação da renúncia apresentada por membro da Diretoria da Companhia; **(ii)** eleição de novo membro da Diretoria da Companhia e ratificação da atual composição; **(iii)** a proposta de alteração da forma de representação da Companhia; **(iv)** a proposta de alteração das regras para outorga de procurações pela Companhia; **(v)** a proposta de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias; **(vi)** consolidação do Estatuto Social; e **(vii)** a autorização à administração da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação das deliberações aprovadas.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista deliberou, sem ressalvas ou restrições, o quanto segue:
 - (i)** Tomar conhecimento e homologar a renúncia apresentada pelo Sr. **Pedro Cunha Fiuza**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 95.002.425-85 SSPDS/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 618.346.373-68, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, conjunto 211, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, ao cargo de Diretor Presidente, conforme o termo de renúncia que integra a presente ata na forma do Anexo I.
 - (ii)** Eleger novo membro da Diretoria da Companhia, para um mandato até 14 de novembro de 2025, a saber: **Eduardo dos Santos Soares**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 24.640.714-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 141.374.928-32, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº

JUCESP
19 07 24

1.909, 21º andar, conjunto 211, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para o cargo de Diretor Presidente, o qual toma posse neste ato mediante assinatura do termo de posse que integra a presente ata na forma do Anexo II.

O diretor ora eleito declara não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem ter sido condenado ou estar sob efeito de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, preenchendo todos os requisitos legais para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Tendo em vista o disposto acima, ratificar a atual composição da Diretoria, a saber:

- a) **Eduardo dos Santos Soares**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 24.640.714-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 141.374.928-32, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, conjunto 211, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, como Diretor Presidente; e
- b) **Luciano Jun Fujii**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 34.016.475 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 226.405.818-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Edifício Wysling, Vila Olímpia, CEP 04547-901, como Diretor Financeiro.

(iii) Aprovar a alteração do Parágrafo Segundo e Terceiro do artigo 17 do Estatuto Social, de modo que a Companhia passe a ser representada da seguinte forma em atos e operações de administração dos negócios sociais: **(a)** 2 (dois) procuradores em conjunto, sendo 1 (um) necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário e o outro diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou para contratos que não impliquem obrigação financeira (sem valor); **(b)** 1 (um) procurador em conjunto com 1 (um) diretor estatutário, sendo o procurador necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **(c)** 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Financeiro, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e **(d)** 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Tendo em vista a alteração ora aprovada, o artigo 17 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação:

WUOLSP
19 07 24

"Artigo 17 - *Compete aos Diretores, sem prejuízo das demais competências e/ou restrições estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou definidas pela Assembleia Geral, a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim.*

Parágrafo Primeiro – *Competem aos Diretores:*

- (i) *representar, ativa e passivamente, a Companhia;*
 - (ii) *praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social ou no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia;*
 - (iii) *zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;*
 - (iv) *coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas, tanto em Assembleias Gerais, como nas reuniões da Diretoria;*
 - (v) *administrar, gerir e superintender os negócios sociais;*
 - (vi) *representar a Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades, ou associações das quais participe;*
 - (vii) *representar a Companhia em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, em juízo ou fora dele;*
 - (viii) *representar a Companhia na outorga de fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de sociedades diretamente controladas pela Companhia;*
 - (ix) *autorizar a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e*
 - (x) *praticar atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS — Instituto Nacional do Seguro Social, FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza;*
- a) *Diretor Presidente: relações institucionais, coordenação das atividades da Companhia e distribuição de atividades entre os demais Diretores;*
- b) *Diretor Técnico: acompanhar a implantação e monitorar a operação e manutenção da usina solar da Companhia;*
- c) *Diretor Financeiro: monitorar as movimentações contábeis, financeiras e contratações para captação de recursos; e*

DIRECTORIA
19 07 24

- d) *Diretora Jurídica: coordenar temas jurídicos de interesse da Companhia, e auxiliar os demais Diretores no que lhe for solicitado.*

Parágrafo Segundo - *A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) representação da Companhia perante os sindicatos, associações de classe e justiça do trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; (d) representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; e (e) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, a Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, as Juntas Comerciais Estaduais, o Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza, em atos que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos.*

Parágrafo Terceiro – *Em todos os demais atos e operações de administração dos negócios sociais, incluindo eventuais aditivos, a Companhia será representada por:*

- (i) 2 (dois) procuradores em conjunto, sendo 1 (um) necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário e o outro diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou para contratos que não impliquem obrigação financeira (sem valor);*
- (ii) 1 (um) procurador em conjunto com 1 (um) diretor estatutário, sendo o procurador necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);*
- (iii) 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Financeiro, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e*
- (iv) 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)."*

Este documento foi assinado digitalmente por Pedro Cunha Fiuza, Andre Dorf, Eduardo Dos Santos Soares e Luciano Jun Fujii. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código 35AB-1954-C6CC-4B6F.

LUCESP
19 07 24

(iv) Aprovar a alteração da regra para outorga de procuração pela Companhia, de modo que as procurações sempre sejam assinadas em conjunto por quaisquer 2 (dois) diretores estatutário, sendo que aquelas para prática de atos ou assunção de obrigações que envolvam valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser firmadas por 1 (um) diretor estatutário e pelo Diretor Presidente, com validade máxima de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais ou no âmbito de outorga de garantias, com a consequente alteração do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia:

"Artigo 18 – As procurações em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por quaisquer 2 (dois) diretores estatutários, sendo que as procurações para a prática de atos ou assunção de obrigações que envolvam valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser firmadas por 1 (um) diretor estatutário e pelo Diretor Presidente. As procurações terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais ou de cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia no âmbito de outorga de garantias."

(v) Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária ("**Conversão de Ações**"), sem implicar em alteração do valor do capital social da Companhia, de modo que as 2 (duas) ações preferenciais serão convertidas em 2 (duas) ações ordinárias, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 5º - O capital social é de R\$ 42.132.000,00 (quarenta e dois milhões e cento e trinta e dois mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 42.132.000 (quarenta e dois milhões e cento e trinta e duas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."

Em razão da Conversão de Ações, extingue-se a classe de ações preferenciais da Companhia.

(vi) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para ajustar as deliberações ora tomadas, de modo que passará a vigorar na forma do Anexo III à presente ata, sendo parte integrante desta.

(vii) Autorizar a administração da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos

JUCESP
19 07 24

os presentes. **Mesa:** Presidente: Pedro Cunha Fiuza e Secretário: Luciano Jun Fujii. **Acionista:** Comerc Energia S.A. (representada por seus diretores Andre Dorf e Pedro Cunha Fiuza).

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 03 de julho de 2024.

Mesa:

Pedro Cunha Fiuza
Presidente

Luciano Jun Fujii
Secretário



Este documento foi assinado digitalmente por Pedro Cunha Fiuza, Andre Dorf, Eduardo Dos Santos Soares e Luciano Jun Fujii. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br> e utilize o código 35AB-1954-C6CC-4B6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Pedro Cunha Fiuza, Andre Dorf, Eduardo Dos Santos Soares e Luciano Jun Fujii. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br> e utilize o código 35AB-1954-C6CC-4B6F.

JUCESP
19 07 24

BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.
CNPJ/MF nº 30.299.434/0001-03
NIRE 35.300.557.981

ANEXO I
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024

TERMO DE RENÚNCIA E QUITAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **PEDRO CUNHA FIUZA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 95.002.425-85 SSPDS/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 618.346.373-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Vila Olímpia, CEP 04547-901, nesta data, expressamente declara que renuncia, de forma irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretor Presidente da **BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Vila Olímpia, CEP 04547-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.299.434/0001-03, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.557.981 ("Companhia"), para o qual foi reeleito em 14 de novembro de 2023.

Neste ato, outorga à Companhia e recebe desta, a mais ampla, plena, rasa, geral, incondicional, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, receber ou pretender, a qualquer tempo e a qualquer título, em juízo ou fora dele, com relação a qualquer ato ou fato relacionado com as funções desempenhadas como Diretor Presidente, renunciando expressamente a todo e qualquer direito e/ou expectativa de direito nesse sentido, incluindo eventual direito de ação.

São Paulo, 3 de julho de 2024.

PEDRO CUNHA FIUZA

BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.

Eduardo dos Santos Soares
Diretor Presidente

Luciano Jun Fujii
Diretor Financeiro

JUCESP
19 07 24

BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.
CNPJ/MF nº 30.299.434/0001-03
NIRE 35.300.557.981

ANEXO II
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024

TERMO DE POSSE

Eu, **EDUARDO DOS SANTOS SOARES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.640.714-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.374.928-32, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, conjunto 211, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, tendo sido eleito, nesta data, para o cargo de Diretor Presidente da **BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Vila Olímpia, CEP 04547-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.299.434/0001-03, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.557.981 ("Companhia"), com mandato até 14 de novembro de 2025, permitida a reeleição, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia e declaro atender às disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo que firmo este termo de posse.

Declaro não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Declaro, ainda, sob as penas da lei, **(i)** não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou condenado por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes contra o sistema financeiro nacional, o sistema de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e **(ii)** que atendo a todos os requisitos e condições previstos nos artigos 145 a 147 da Lei das Sociedades por Ações, estando plenamente em condições de assumir o cargo na Diretoria da Companhia para o qual fui eleito.

Para os fins do artigo 149, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

São Paulo/SP, 3 de julho de 2024.

EDUARDO DOS SANTOS SOARES

BRÍGIDA 2
19 07 24

BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.
CNPJ/MF nº 30.299.434/0001-03
NIRE 35.300.557.981

ANEXO III
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024

ESTATUTO SOCIAL DA
BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.

– Seção I –

Denominação, sede, objeto e duração

Artigo 1º - A **BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, cj. 31 e 32, bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-901, podendo abrir ou encerrar filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante deliberação da Diretoria.

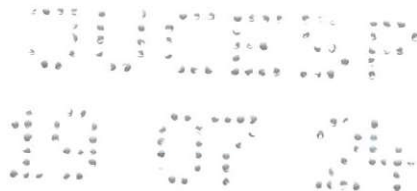
Parágrafo Primeiro – A Companhia possui uma filial na cidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco, na Rodovia PE 430, S/N, km 12 mais 866 metros, bairro Rural, CEP 56.950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.299.434/0002-86, sem capital social destacado e com o mesmo objeto social da matriz.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

– Seção II –
Capital social

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 42.132.000,00 (quarenta e dois milhões e cento e trinta e dois mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 42.132.000 (quarenta e dois milhões e cento e trinta e duas mil) ações ordinárias, nominativas e



sem valor nominal.

Artigo 6º - A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto à espécie e classe das ações, ao preço de emissão e ao prazo de subscrição e integralização em dinheiro, bens e/ou créditos.

Parágrafo Primeiro – Na proporção das suas respectivas participações, os acionistas terão direito de preferência na subscrição decorrente de aumento de capital da Companhia e aquisição de ações no capital da Companhia. Deverá ser observado prazo de decadência de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência.

Parágrafo Segundo – É vedado à Companhia, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro – Em caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obrigará-se a aderir o segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no Artigo 32 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022.

Parágrafo Quarto – Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações das ações por eles subscritas nas condições fixadas nos respectivos Boletins de Subscrição ficarão, de pleno direito, constituídos em mora, sujeitos ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) em favor da Companhia e/ou, conforme o caso, da acionista que integralizar as referidas ações, corrigido pelo IPCA, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* e corrigidos de acordo com a variação do IPCA, calculados sobre os valores em atraso, e suspensão do direito de voto, nos termos do Artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Quinto – Os acionistas ficam obrigados a apresentar garantias na proporção de suas participações no capital social, em caso de obtenção de empréstimo ponte e/ou financiamento de longo prazo e/ou emissão de títulos para captação de recursos para as Companhias no mercado de capitais ou qualquer outra forma de financiamento do empreendimento objeto da Companhia.

Artigo 7º - A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso

Este documento foi assinado digitalmente por Pedro Cunha Fluzza, André Dorf, Eduardo Dos Santos Soares e Luciano Jun Fujii. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://zsign.com.br> e utilize o código 35AB-1954-C6CC-4B6F.

19 07 24

implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único – As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua recolocação em circulação.

– Seção III – Ações Ordinárias

Artigo 8º - Cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Artigo 9º - As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas" e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados destes os respectivos custos.

– Seção IV – Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10 - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias.

Artigo 11 – As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei das S.A. Compete privativamente à Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei das S.A., a prática dos seguintes atos, observado o quórum de deliberação previsto na legislação aplicável, sendo atribuído 1 (um) voto para cada ação ordinária detida pelos acionistas:

- a) reformar o Estatuto Social;
- b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores e fiscais da Companhia e fixar-lhes as atribuições, exceto caso seja criado o Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto Social;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;



- d) tomar, anualmente, as contas dos Diretores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- e) autorizar a emissão de debêntures;
- f) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou por este Estatuto Social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação;
- g) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- i) autorizar os Diretores a confessarem falência e pedir concordata, nos casos previstos em lei;
- j) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, observado o quanto disposto na Seção VIII deste Estatuto Social;
- k) eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- l) escolher e destituir os auditores independentes;
- m) aprovar o aumento de capital social e/ou correção da expressão monetária do capital social, nos termos da Lei das S.A.

Parágrafo Primeiro - Para os seguintes atos será necessário o quórum qualificado de metade, no mínimo, das ações emitidas pela Companhia com direito a voto:

- a) criação de ações preferenciais ou aumento das classes de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais;
- b) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classe de ações preferenciais ou criação de nova classe mais favorecida;
- c) redução do dividendo obrigatório;
- d) fusão da Companhia ou sua incorporação em outra;
- e) participação em grupo de sociedades;
- f) mudança no objeto da Companhia;
- g) cessação do estado de liquidação da Companhia;
- h) cisão da Companhia; e

19 07 24

i) dissolução da Companhia.

Parágrafo Segundo – Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro de “Registro de Ações Nominativas”, podendo ser representados por mandatário, nos termos da Lei das S.A., mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.

Artigo 12 – As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer um dos Diretores, a ser por eles definido, e, na ausência de ambos, por acionista ou representante de acionista, conforme o caso, escolhido por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Único – O presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário.

Artigo 13 – Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

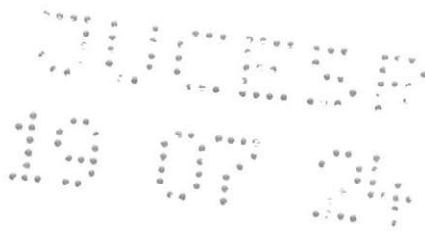
– Seção V – Administração da Companhia

Artigo 14 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta e funcionará em conformidade com a legislação aplicável, com este Estatuto Social e com os eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

– Seção VI – Diretoria

Artigo 15 – A Diretoria será composta de 02 (dois) até 04 (quatro) Diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas neste Estatuto Social, e indicados pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição, sendo: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Técnico; (iii) Diretor Financeiro e (iv) Diretor Jurídico.

Parágrafo Primeiro – No caso de impedimento, ausência, destituição ou vacância de qualquer Diretor, deverá ser realizada Assembleia Geral de Acionistas para proceder à eleição do Diretor substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.



Parágrafo Segundo - Os Diretores perceberão uma remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia.

Parágrafo Quarto - Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Quinto - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Artigo 16 – A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta.

Parágrafo Único – A Diretoria tem poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei, pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 17 - Compete aos Diretores, sem prejuízo das demais competências e/ou restrições estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou definidas pela Assembleia Geral, a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim.

Parágrafo Primeiro – Competem aos Diretores:

- (xi) representar, ativa e passivamente, a Companhia;
- (xii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social ou no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia;
- (xiii) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (xiv) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas, tanto em Assembleias Gerais, como nas reuniões da Diretoria;
- (xv) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- (xvi) representar a Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades,

ou associações das quais participe;

(xvii) representar a Companhia em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, em juízo ou fora dele;

(xviii) representar a Companhia na outorga de fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de sociedades diretamente controladas pela Companhia;

(xix) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e

(xx) praticar atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS — Instituto Nacional do Seguro Social, FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza;

- e) Diretor Presidente: relações institucionais, coordenação das atividades da Companhia e distribuição de atividades entre os demais Diretores;
- f) Diretor Técnico: acompanhar a implantação e monitorar a operação e manutenção da usina solar da Companhia;
- g) Diretor Financeiro: monitorar as movimentações contábeis, financeiras e contratações para captação de recursos; e
- h) Diretora Jurídica: coordenar temas jurídicos de interesse da Companhia, e auxiliar os demais Diretores no que lhe for solicitado.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: **(a)** assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos; **(b)** representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; **(c)** representação da Companhia perante os sindicatos, associações de classe e justiça do trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; **(d)** representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; e **(e)** prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, a Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, as Juntas Comerciais Estaduais, o Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza, em atos que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer

DUCEPA
19 07 24

renúncia a seus direitos.

Parágrafo Terceiro – Em todos os demais atos e operações de administração dos negócios sociais, incluindo eventuais aditivos, a Companhia será representada por:

- (v) 2 (dois) procuradores em conjunto, sendo 1 (um) necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário e o outro diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou para contratos que não impliquem obrigação financeira (sem valor);
- (vi) 1 (um) procurador em conjunto com 1 (um) diretor estatutário, sendo o procurador necessariamente gerente ou diretor sem cargo estatutário, quando envolverem valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (vii) 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Financeiro, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e
- (viii) 2 (dois) diretores estatutários em conjunto, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente, quando envolverem valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Artigo 18 - As procurações em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por quaisquer 2 (dois) diretores estatutários, sendo que as procurações para a prática de atos ou assunção de obrigações que envolvam valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser firmadas por 1 (um) diretor estatutário e pelo Diretor Presidente. As procurações terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais ou de cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia no âmbito de outorga de garantias.

Artigo 19 - A Companhia poderá vir a ter conselho de administração, mediante deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral, devendo prever mandato unificado de até 2 (dois) anos para todos os seus membros.

– Seção VII – Conselho Fiscal

Artigo 20 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei, que será instalado quando solicitado pelos acionistas.

DUCESP
19 07 24

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal deverá fixar a remuneração de seus membros.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quarto - Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

Parágrafo Quinto - Nas hipóteses acima relativamente a um membro efetivo do Conselho Fiscal, sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante.

– Seção VIII – Exercício Social e Lucros

Artigo 21 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo Primeiro - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos, conforme deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial.

DUCESSA
19 07 24

Artigo 22 - Os lucros líquidos apurados em balanço, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins.

– Seção IX – Dissolução e Liquidação

Artigo 23 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que devam funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

– Seção X – Disposições Gerais

Artigo 24 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente arquivados na sua sede social, cabendo à administração recusar o registro de transferências de ações ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias aos respectivos acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral ou da Reunião da Diretoria recusar-se a computar os votos lançados contra os mesmos acordos. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

Artigo 25 - A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas, em sua sede, sempre que solicitado por escrito, com antecedência de 2 (dois) dias úteis, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e investimento e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão.

Artigo 26 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das S.A., pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caiba livremente decidir.

Artigo 27 - As controvérsias associadas ou relacionadas a este Estatuto Social, inclusive questões referentes à sua existência, validade, vigência ou cumprimento, entre os acionistas e/ou a Companhia, bem como seus sucessores a qualquer título, serão submetidas, de maneira

19 07 24

obrigatória, exclusiva e definitiva, à arbitragem, a ser conduzida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da FGV ("Câmara"), mediante notificação por escrito enviada à Câmara solicitando o início do processo de arbitragem. O processo de arbitragem será iniciado e desenvolvido de acordo com as regras de arbitragem da Câmara ("Regras de Arbitragem").

Parágrafo Primeiro - O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será composto por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) deles designado pela(s) parte(s) que solicitou(aram) o início da arbitragem, o outro pela(s) parte(s) contra a qual a arbitragem é iniciada e o 3º (terceiro) — que atuará como presidente do Tribunal Arbitral — pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes, em consulta com as partes da arbitragem. Se a parte que solicitou o início da arbitragem e/ou a parte contra a qual a arbitragem é iniciada forem compostas por 2 (duas) ou mais pessoas, estas deverão escolher seu respectivo árbitro, em conjunto. Se o Tribunal Arbitral a ser formado for decorrente de arbitragem multiparte, na qual existam mais do que 2 (dois) polos defendendo interesses diferentes, os árbitros serão selecionados e designados de acordo com as Regras de Arbitragem. Em qualquer hipótese, a ausência de consenso na escolha de um ou mais árbitros não impedirá a formação do Tribunal Arbitral, que se dará conforme as Regras de Arbitragem.

Parágrafo Segundo - Além dos impedimentos estabelecidos nas Regras de Arbitragem, nenhum árbitro designado de acordo com esta cláusula compromissória será um empregado, representante ou consultor (ou ex-empregado, ex-representante ou ex-consultor) de qualquer das Partes ou de qualquer Pessoa associada direta ou indiretamente aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral deverá ser proferida.

Parágrafo Quarto - O idioma oficial do processo de arbitragem será o português, com aplicação das leis da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral não recorrerá a regras de equidade para solucionar as controvérsias a ele apresentadas.

Parágrafo Quinto - As Partes declaram estar cientes das Regras de Arbitragem e concordar com todas as suas disposições. As Regras de Arbitragem em vigor na presente data e as disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e respectivas emendas ("Lei de Arbitragem") incorporam-se ao presente Estatuto conforme aplicáveis.

Parágrafo Sexto - O processo de arbitragem terá prosseguimento a despeito da ausência de quaisquer das partes, conforme previsto nas Regras de Arbitragem.

Parágrafo Sétimo - A sentença arbitral será definitiva, irrecorrível e vinculante para as partes

JUCESPA
19 07 24

da arbitragem, seus sucessores e cessionários, comprometendo-se as Partes a cumprir voluntariamente seus termos, expressamente renunciando a qualquer forma de recurso, com exceção da solicitação de retificação de um erro relevante ou solicitação de esclarecimento de alguma obscuridade, dúvida ou omissão da sentença arbitral, conforme disposto na Lei de Arbitragem, bem como eventual ação de nulidade da sentença, também na forma da Lei da Arbitragem. Se necessário, a sentença arbitral poderá ser levada a juízo com jurisdição sobre as partes e sobre seus respectivos bens para fazer valer seu cumprimento.

Parágrafo Oitavo – Cada parte da arbitragem arcará com os honorários dos advogados e/ou assistentes que forem respectivamente contratados para assessorá-la. Os custos, despesas e honorários advindos do processo de arbitragem, quais sejam aqueles devidos à Câmara, aos árbitros e peritos nomeados pelo Tribunal Arbitral, serão compartilhados igualmente pelas partes (ou seja, demandantes, de um lado, e demandados, de outro) até que o Tribunal Arbitral pronuncie a sentença definitiva e determine reembolso de uma parte à outra.

Parágrafo Nono – As Partes estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos desta cláusula compromissória e concordam irrevogavelmente que a arbitragem é a única forma para a resolução de controvérsias associadas ao presente Estatuto Social. Sem prejuízo a validade desta cláusula compromissória, as Partes elegem o foro da comarca de São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil, e renunciam expressamente a qualquer outro, se e quando sua atuação for necessária exclusivamente para a finalidade de (i) fazer valer as obrigações para as quais haja disponibilidade imediata de execução judicial; (ii) obter medidas cautelares ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, sendo certo que, após a sua instituição, todas as medidas cautelares e/ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, a quem caberá manter, modificar e/ou revogar quaisquer medidas anteriormente concedidas pelo Poder Judiciário ou pelo Árbitro de Emergência, conforme o caso; (iii) requerer o cumprimento de qualquer decisão do Tribunal Arbitral; bem como (iv) para quaisquer outras medidas judiciais previstas na Lei de Arbitragem. O processo de qualquer ação judicial de acordo com esta cláusula não resultara em renúncia a arbitragem ou à jurisdição do tribunal arbitral.

Parágrafo Décimo - O procedimento arbitral (incluindo, mas não limitada à sua existência, à disputa, às alegações e manifestações das partes, às manifestações de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo Tribunal Arbitral, incluindo a sentença arbitral) será confidencial e somente poderá ser revelado ao Tribunal Arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e às pessoas necessárias à boa condução e ao resultado da arbitragem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A Câmara (se antes da assinatura ou aprovação do Termo de

LUCEAF
19 07 24

Arbitragem) e o Tribunal Arbitral (se após a assinatura ou aprovação do Termo de Arbitragem) poderá(ão), mediante requerimento de uma das partes das arbitragens, consolidar procedimentos arbitrais simultâneos envolvendo quaisquer das partes e/ou a Companhia, ainda que nem todas sejam parte de ambos os procedimentos, e este Estatuto Social e/ou outros instrumentos relacionados, desde que (a) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis; e (b) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas.

Artigo 28 – Caso qualquer dos acionistas receba uma proposta para a transferência ou alienação, direta ou indireta, das suas ações, inclusive, mas sem limitação, quaisquer direitos que lhe são legitimados pela titularidade de referidas ações, inclusive, mas sem limitação, direito de preferência para a subscrição de novas ações ou Valores Mobiliários da Companhia), o acionista ofertante enviará notificação escrita aos demais acionistas, conforme o caso oferecendo-lhe as ações que pretende transferir ao interessado, bem como informando o preço e demais termos e condições relevantes da proposta e do contrato.

Parágrafo Primeiro - O acionista ofertado terá direito de preferência na aquisição da totalidade das ações ofertadas, nos mesmos termos e condições da proposta apresentada pelo interessado. Somente será considerada válida a manifestação de intenção de compra do acionista ofertado que abranger a totalidade das ações ofertadas, não sendo permitida a aquisição parcial de ações ofertadas para este efeito.

Parágrafo Segundo - No prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento pelo acionista ofertado do aviso este deverá, por sua vez, enviar notificação por escrito ao acionista ofertante, indicando seu interesse ou não, na aquisição das ações Ofertadas. A ausência de resposta será entendida como renúncia tácita.

Parágrafo Terceiro - Uma vez exercido o Direito de Preferência, as Ações Ofertadas deverão ser Transferidas do Acionista Ofertante para o Acionista Ofertado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Resposta, nos exatos termos do Aviso.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/35AB-1954-C6CC-4B6F> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 35AB-1954-C6CC-4B6F



Hash do Documento

6FBA87178D522FB0C74E8BBBD2036587EFBDBB0B06C188F1B55DC6A4C7AA73F3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/07/2024 é(são) :

pedro Cunha Fiuza - 618.346.373-68 em 12/07/2024 15:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Andre Dorf - 170.751.778-93 em 12/07/2024 15:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

EDUARDO DOS SANTOS SOARES - 141.374.928-32 em 12/07/2024 13:50 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Luciano Jun Fujii - 226.405.818-80 em 12/07/2024 13:18 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

